

WP 123 / 2014

# ECONOMIA INFORMAL E POLÍTICAS EM MOÇAMBIQUE: LÓGICAS E PRÁTICAS DOS *MUKHERISTAS*

Andes Chivanque

## Resumo

O presente texto discute a relação entre políticas e economia informal em Moçambique, concentrando-se concretamente nas lógicas e práticas dos *mukheristas*, micro-importadores informais que operam na cidade de Maputo. A análise é feita com base em dois pressupostos teóricos, designadamente: a racionalidade diversa apresentado por Hugon (1999, 2000) e a teoria da acção fundamentada (*theory of reasoned action*) de Fishbein e Ajzen (2010). A questão central do trabalho é: *que percepções de riqueza e de pobreza decorrem da prática do mukhero?* Duas das conclusões centrais do texto são: (1) o *mukhero* permite reduzir pobreza e gerar riqueza, ambos numa extensão limitada; (2) os decisores políticos de topo poderão estar a incentivar deliberadamente a economia informal como estratégia de garantir o controlo do reduzido sector formal do qual tiram dividendos às expensas de toda a sociedade.

**Palavras-Chave** *mukhero*, economia informal, políticas, pobreza e riqueza

com o apoio

**FCT**Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

## WORKING PAPER / DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma  
quaisquer opiniões expressas pelos autores  
nos documentos que edita.*

O **CEsA** é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

## OS AUTORES

### **ANDES CHIVANGUE**

Doutorando em Estudos de Desenvolvimento, ISEG – Universidade de Lisboa; Docente da ESNEC – Universidade Eduardo Mondlane.

### **NOTA**

Artigo adaptado da dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

## 1. INTRODUÇÃO

O Sector informal em Moçambique<sup>1</sup> constitui fonte de emprego e recursos de sobrevivência da maior parte da população. Maioritariamente dominado por mulheres, é através deste sector que se observa certa mobilidade social das populações urbanas, garantindo educação, saúde e até lazer para as suas famílias.

O fenómeno, em consonância com a sabedoria convencional e a ideia de que o informal seria um viveiro de pequenos empresários, tem-se intensificado mas colocando sérios desafios aos decisores políticos relativamente a questões organizacionais e de integração destes agentes na estrutura produtiva da economia dos países, incluindo Moçambique. Efectivamente, as debilidades e desarticulações institucionais parecem constituir elementos de vantagem para o poder político e provavelmente por isso negligenciadas para eliminar prováveis concorrentes aos dividendos proporcionados pelo sector formal.

No presente texto o *mukhero*<sup>2</sup> é definido como actividade de micro-importação informal<sup>3</sup> caracterizada pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os *mukheristas* compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos mercados de Maputo. Neste trabalho os praticantes desta actividade são classificados como microempresários informais. Entretanto, é importante referir que esta definição está na sua forma simplificada, dado que centrada apenas no propósito da presente análise. Na realidade, o *mukhero* pode também situar-se na categoria do comércio transfronteiriço informal. Com efeito, fenómenos semelhantes ocorrem um pouco pelas principais zonas fronteiriças do país, com destaque para Machipanda, cujo comércio transfronteiriço leva a designação de *Madjolidji* ou *jumper border*<sup>4</sup>.

## 2. QUADRO TEÓRICO

A opção teórica escolhida para a análise das lógicas e práticas dos *mukheristas* compreende a utilização de dois referenciais, nomeadamente o postulado de

---

<sup>1</sup> Para literatura complementar sobre economia informal em Moçambique veja-se os seguintes estudos: Barreau-Tran (2011), Mosca (2010), Byiers (2009), Cirilo (2009), Lopes (2007), Chivangue (2007), Francisco e Paulo (2006), INE (2006), Piepoli (2006), Batista, Rungo e Navalha (2001), Chichava (1998), Macamo (1999), Abreu e Abreu (1996), Arnaldo (1996), Gumeta (1994), Sandhap (1994), Vletter (1992).

<sup>2</sup> Etimologicamente, a palavra *mukhero* resulta da corruptela da expressão inglesa “carry”. Na fronteira de Namaacha, os estrangeiros que estivessem a efectuar a travessia a pé pediam aos nativos que os ajudassem com as pastas e depois davam uma gorjeta. Rapidamente esta prática generalizou-se e os locais passaram a designá-la por *mukhero*. Esta expressão começou a ser usada também pelos nacionais que atravessavam a fronteira para comprar diversos bens, uma parte para o consumo e outra para revender. Para maior aprofundamento veja-se Chivangue (2007).

<sup>3</sup> No presente texto o termo informal prende-se com a ausência de registo da actividade junto das autoridades formais competentes e ao processo de passagem pela fronteira, em muitos casos, caracterizada por procedimentos semilegais ou mesmo ilegais.

<sup>4</sup> Para mais sobre comércio transfronteiriço em Moçambique veja-se Macamo (1999) e Batista, Rungo e Navalha (2001)

*racionalidade diversa* de Philippe Hugon (2000) e a *teoria da acção fundamentada*<sup>5</sup> de Martin Fishbein e Ickel Ajzen (2010).

Hugon (2000) aborda as características do *homo africanus* em oposição ao *homo oeconomicus* da ortodoxia neoliberal, colocando em relevância o facto de a racionalidade económica ser contextual<sup>6</sup>, sendo por isso limitada, diversa ou adaptativa. A ortodoxia neoliberal trata as pessoas como indivíduos atomísticos que se cruzam apenas através das forças do mercado, reduzindo-os a criaturas isoladas do mercado que para além da simples troca não têm história, tradições culturais, opiniões políticas e relações (Brohman 1995).

A *teoria da acção fundamentada* assenta em dois pressupostos: (1) os indivíduos pesam as consequências de cada alternativa baseando-se na percepção que têm das vantagens (ou desvantagens) de um determinado comportamento; (2) o indivíduo é afectado pelos valores normativos associados a cada alternativa. Ou seja, os valores normativos reflectem aquilo que outros acreditam ser um comportamento apropriado (Ajzen e Fishbein 2010, Westaby 2005, Ajzen 2001, 1991, Steggell 2001). Para analisar o comportamento dos *mukheristas* na óptica desta teoria adoptam-se como variáveis *proxy* a religião, a honestidade, a percepção de que a criminalidade não compensa, o receio de represálias sociais, a consciência individual, a pressão social envolvente, a ociosidade e por último as actividades ilícitas.

Para explicar a relação existente entre as lógicas e práticas dos *mukheristas*, a pobreza e as políticas recorre-se à reflexão actual proposta por dois economistas do desenvolvimento, nomeadamente Há-Joon Chang (2002) e Dani Rodrik (2010, 2002), segundo os quais o sucesso das políticas é refém das instituições de que o país dispõe. Ao longo do texto argumenta-se ainda que a economia informal constitui recurso das populações pobres, empurradas para tal situação por inadequações institucionais e ineficácia das políticas sociais.

### 3. METODOLOGIA

Para a concretização da presente pesquisa recorreu-se à estatística, observação directa e pesquisa bibliográfica. Foi aplicado um inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas a actores privilegiados. Através da estatística testou-se as duas variáveis endógenas do texto, nomeadamente percepção de pobreza e de riqueza, tendo-se recorrido ao aplicativo STATA através de regressões probit e biprobit. De um universo de aproximadamente 500, foram inquiridos 301 *mukheristas* e os questionários foram administrados em seis mercados da Cidade de Maputo, nomeadamente “Mercado

<sup>5</sup> Tradução livre da expressão *theory of reasoned action*.

<sup>6</sup> Nyssens e Linden (2000) usam o conceito de *embeddedness* para sugerir que é preciso olhar para o contexto específico em que as actividades informais ocorrem.

Grossista do Zimpeto”, “Mercado Mandela”, “Mercado Fajardo”, “Mercado Estrela Vermelha”, “Mercado Compone” e “Mercado Bazuca.”

#### 4. ECONOMIA INFORMAL, POBREZA E POLÍTICAS

Uma vez esgotado o grande entusiasmo, a que se seguiu uma certa frustração<sup>7</sup>, quanto à possibilidade da economia informal poder vir a gerar desenvolvimento, a tónica do discurso académico passou a concentrar-se na capacidade daquele sector reduzir a pobreza ou gerar riqueza (leia-se Gulyani e Talukdar 2010, James Heintz 2010, Tokman 2007, Hart 1973). Entretanto, este argumento não parece ser unanimemente partilhado. Por exemplo, Francisco e Paulo (2006,02) referem que esta *“presunção, por mais plausível que possa parecer, à primeira vista, não deve ser imediatamente tomada como óbvia, incontroversa e dispensável de fundamentação.”*

Esta reserva é reforçada por Iyenda (2005) quando compara o rendimento mensal e as despesas dos operadores de Kinshasa, tendo verificado que estes agentes estão longe de escapar à pobreza crónica. Acrescenta ainda que suas actividades económicas nas ruas não lhes permite melhorar as suas condições de vida. Muitos deles permanecem em situação de profunda pobreza e de grande precariedade, caracterizada por péssima alimentação, saúde débil, altas taxas de mal nutrição e de mortalidade infantil, fraca educação das crianças, água salobre, falta de electricidade e saneamento.

No caso moçambicano, Mosca (2010,84) questiona se o comércio informal não será *“um factor de alívio da pobreza a curto prazo que a governação cria, em benefício da concentração da riqueza, da manutenção de uma crise de intensidade suportável e que termina por comprometer o crescimento estável a longo prazo?”* Esta questão denota uma preocupação com o desenvolvimento económico em termos globais e o autor sugere que, numa situação em que o crescimento económica não resulta em *spillover effect*, a economia informal poderá estar a ser usada pela elite governante como uma esponja atenuadora de potenciais conflitos sociais que ocorreriam na sua ausência.

Apesar da apreensão que a questão suscita no meio académico local, o facto é que as autoridades governamentais reconhecem o papel decisivo do sector informal e das pequenas empresas no desenvolvimento da economia moçambicana<sup>8</sup>. Entretanto, pouco ou quase nada tem sido feito sob o ponto de vista de políticas no sentido de maximizar as suas potencialidades. As poucas abordagens existentes são totalmente desarticuladas

<sup>7</sup> Embora K. Hart (2010) continue bastante optimista. Num recente artigo, o autor fala da necessidade de se organizar a economia informal para que esta sirva de rampa de lançamento para o crescimento económico sustentado nas próximas décadas. No entanto, até ao momento os estudos mostram uma fraca ligação entre as actividades do sector informal e crescimento económico.

<sup>8</sup> Veja-se o artigo publicado no *mediaFAX* de 14.06.11 em que o vice- governador do Banco de Moçambique, António Pinto de Abreu, refere ser *“importante que o Governo continue a apostar no sector informal, criando outros mecanismos de financiamento e iniciativas de promoção das MPME’s.”*

da realidade estruturante deste sector. Muitos oficiais governamentais continuam a achar que o informal irá integrar-se no formal através da aplicação escrupulosa dos dispositivos legais. A entrevista efectuada ao director dos mercados do Concelho Municipal de Maputo (CMM) é reveladora dessa falta de clarividência

*Quando falamos da formalização, estamos a dizer que eles [operadores informais] devem passar a ser tributados. O Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes vem justamente apanhar esta gente. [...] Acontece que hoje o país está muito informalizado. Grossa parte do comércio é informal e nós precisamos de dinheiro, por isso temos de incentivar esta contribuição (Monteiro 2011).*

Ainda sobre a percepção das autoridades estatais em relação ao comércio informal, Macamo (1999,26-27) salienta que “79% dos oficiais públicos entrevistados são de opinião que o comércio informal transfronteiriço devia ser formalizado, referindo-se ao registo da actividade.” Como já se referiu, a noção de formalização que estes agentes estatais têm prende-se com o acto de registo da actividade, ignorando que são os diversos constrangimentos ligados ao funcionamento da burocracia que acabaram por exercer um efeito *crowding out* de alguns operadores hoje informais. Mais, de acordo com Byiers (2009), “*existe um trade-off de custo e benefício para a formalidade, sendo que o actual sistema oferece insuficientes benefícios para a formalização, considerando o custo envolvido.*”

Outro exemplo da ausência de uma estratégia concertada para lidar com a informalidade em Moçambique pode ser encontrado na recente pretensão da Autoridade Tributária de “*envolver o sector informal na economia nacional através de cobrança de impostos*” (Frades 2011,05-06). Se se considerar a fuga ao fisco um dos comportamentos que caracterizam o agente informal, é expectável que esta medida não atinja os objectivos pretendidos pelas autoridades estatais.

Por outro lado, a proliferação de taxas e impostos, incluindo o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), não fará mais do que criar confusão entre os operadores e incrementar a aversão ao fisco. Aliás, Byiers (2009) refere que o ISPC continua a representar um regime de imposto punitivo para aquelas firmas que trabalham com pequenas margens. Ou seja, este imposto não considera as diferenças existentes dentro da economia informal, o que poderá ter impacto no que toca à vontade dos agentes em declarar as suas vendas à medida que se forem aproximando do volume de negócios passíveis de serem taxados.

No que se refere à influência das políticas públicas e sociais no *mukhero*, estes agentes estão cientes da incapacidade ou falta de vontade do governo em transformá-los em parte do processo produtivo da economia nacional. Esta percepção é consistente com a análise de alguns estudiosos moçambicanos, pois a maior parte refere existir um desfazamento entre a acção política e a realidade objectiva do país (Baptista-Lundin 2011, Francisco 2011). E Mosca (2010,96) salienta que a economia informal é gerada

por “*políticas públicas desajustadas e debilidades institucionais*” em que o Estado aparece como um dos principais causadores de informalidade.

De acordo com Hugon (1999) a evolução futura do sector informal “*permanece, todavia, fortemente ligada, quer à acção do Estado, que deve suportar o funcionamento do seu meio envolvente, quer ao dinamismo do sector moderno (fornecimento de inputs e de canais de escoamento)*.” Ora, em nosso entender tal só é possível quando existe uma visão clara sobre os caminhos a seguir para o desenvolvimento, o que não parece ser o caso de Moçambique. O que nos leva a reter a pertinência do argumento de Castel-Branco (2011,20) quando afirma, ao questionar a capacidade dinamizadora do Estado, que a preferência do Governo se centra na “*manutenção dos altos níveis de ajuda como estratégia de sobrevivência política num contexto de pobreza generalizada e de acumulação primitiva*.”

Na esteira da questão acima colocada, Soderbaum (2007,170-172) aponta para o facto da elite governante não possuir nenhuma estratégia para mobilizar e utilizar os recursos humanos e as iniciativas empreendedoras inerentes à economia informal. Para este autor, “*o desafio das políticas formais é desbloquear, em vez do contrário, o potencial deste sector*”. É nesta linha de raciocínio que Lyons e Snoxell (2005,1318) sublinham a necessidade de utilização de uma “*abordagem participativa no desenvolvimento e adopção de políticas de formalização e que essas políticas almejem ser conservadoras da fábrica social*.” Entretanto, Chen (2007) chama atenção para a complexidade do fenómeno, mostrando-se céptica quanto à possibilidade de formalização devido à grande segmentação da economia informal.

Os instrumentos de governação em Moçambique enfermam de desarticulações diversas e contradições notórias, o que acaba por se evidenciar no tratamento que se dá ao informal. Essa espécie de desorganização política já foi, noutro género de discussão, apresentada como sendo o resultado da ausência de um projecto de desenvolvimento nacional coerente (Hanlon e De Renzio 2007, E. Macamo 2006). Uma das mais recentes medidas com o objectivo de estimular as iniciativas empreendedoras distritais – os Sete Milhões de Meticais – é vista pelo meio académico local como intensificadora da natureza informal da economia nacional e, sobretudo, que alimenta as hostes do partido no poder através de mecanismos de patronagem e clientela (Sande, 2011).

No que concerne à política, Francisco e Paulo referem que

*lendo os recentes instrumentos do Governo, tais como o Programa do Governo, Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA 2006-2009, ou PARPA II) a questão da informalidade no seu todo é marginalizada e quando explicitamente mencionada, reduz-se ao mercado convencional, considerando como foco da economia informal, o mercado de trabalho (2006,100).*

A mais recente versão do PARPA<sup>9</sup>, o PARP 2011-2014, apresenta as mesmas contradições e insuficiências dos anteriores documentos. Embora assuma que a maioria da população moçambicana depende do informal, sugere que esta deverá ser integrada no formal através da criação de emprego, o que passa pela captação do investimento estrangeiro, sobretudo ligado aos megaprojectos, situação à qual Söderbaum (2007) se refere como uma forma ingénua de pensar o desenvolvimento. Guha-Khasnobis, Kanbur e Ostrom (2007,09) acrescentam que “*com a estratégia de desenvolvimento de Moçambique a mostrar uma obsessão pelos megaprojectos, o sector informal é visto quase como um entrave do que como potencial para o crescimento*”.

O mais interessante neste debate é a existência dum paradoxo evidente sob ponto de vista de contribuição para o fisco por parte dos megaprojectos e da economia informal. Dados recentes apresentados pela Autoridade Tributária de Moçambique mostram que enquanto os megaprojectos só contribuíram com 4% em 2011, a economia informal contribuiu com 70% (Saúte 2012). Os grandes projectos, para além de expatriarem os lucros e gozarem de muitos incentivos fiscais (Castel-Branco 2010), são geradores de exclusão social e desigualdade (Mosca 2011) na medida em que criam muito pouco emprego e não têm ligações com o resto da economia.

Ainda na sequência das fragilidades que os documentos ligados ao combate à pobreza denotam, Francisco (2010,63) reitera que “*o problema, todavia, surge quando o Governo circunscreve suas políticas públicas a objectivos de curto prazo. [...] Por esta razão, entre outras, têm surgido críticas às políticas de desenvolvimento em torno de programas como o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)*.” O autor cita Jeffrey Sachs, numa visita que efectuou a Moçambique, ocasião em que este referiu que o PARPA constituía uma “*rendição à pobreza e não um objectivo a alcançar*.”

O Governo de Moçambique centra os seus esforços e objectivos na promoção do crescimento económico, assumindo que esse crescimento *per se* irá automaticamente reduzir a pobreza. Wuyts (2011,01) questiona esta abordagem colocando a importância dos preços relativos e referindo que “*o crescimento do PIB per capita não é sempre equivalente à melhoria dos níveis de vida*.” Como que a consubstanciar o argumento anteriormente colocado, Guente (2011) cita o relatório do FMI quando este aponta o facto de o crescimento económico de Moçambique não beneficiar os pobres.

---

<sup>9</sup>Moçambique aderiu às Instituições de *Bretton Woods* em 1984. Em 1987 iniciou com o programa de estabilização e ajustamento estrutural, nessa altura designado Programa de Reabilitação Económica (PRE). Em 1989 os doadores introduziram a dimensão social, passando o PRE a designar-se PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social. No âmbito da iniciativa HIPIC e do perdão da dívida, em 1999 o país apresenta a sua estratégia de combate à pobreza num documento intitulado “Linhas de Acção Para a Erradicação da Pobreza Absoluta. Este documento constitui o primeiro passo para a elaboração, em 2001, do seu primeiro *Poverty Reduction Strategic Paper* (PRSP), com a denominação de Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) com a duração de quatro anos. Em 2006 passou para o PARPA II e em 2011 para a mais recente versão, PARP (Plano de Acção Para Redução da Pobreza).

Acrescente-se ainda que o facto de o principal instrumento de governação – o PARPA – não resolver as causas imediatas da pobreza, sugere que este documento constitui apenas parte dos requisitos para a obtenção de financiamento externo. O Estado demitiu-se do seu papel e, segundo Baptista-Lundin (2011), sempre que as pessoas podem contorná-lo fazem-no, pois os agentes da burocracia, por diversas razões, estão destituídos de ética e moral, o que torna custosa a interacção entre aqueles e o cidadão. O informal representa uma das expressões desse conflito. Assim, o caso moçambicano parece constituir evidência para a reflexão de Corwall e Brock (2005) que enquadram o conceito de redução à pobreza nas “*buzzwords*” da política de desenvolvimento.

## 5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ESTATÍSTICOS (REGRESSÕES)

TABELA 1: Características das Variáveis

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rendimento	301	6125.415	3363.756	855	10000
Agregado	301	4.401993	2.746124	2	10
Sem emprego formal	301	9.667774	1.795158	0	1
Empregado, deseja aumentar seu rendimento	301	0.431894	2.036217	0	1
Receio de represálias sociais	301	0.299003	0.170596	0	1
Funcionário do Estado	301	0.531561	2.247184	0	1
Invisto em bens de luxo e recreio	301	0.66445	0.813779	0	1
Recurso a associação: uma vez	301	1.960133	3.976398	0	1
Produtos frescos	301	4.950166	5.008078	0	1
Bebidas	301	0.192691	3.950693	0	1
Três vezes por semana	301	0.332226	1.795158	0	1
No sector informal da África do Sul	301	0.232558	1.509659	0	1
Consciência individual	301	3.554817	0.4794561	0	1
Outras actividades do sector informal	301	0.6445183	0.4794561	0	1
Pressão social	301	0.830565	0.2764271	0	1
Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal	301	0.797342	0.2713324	0	1
Desempregado com micro importação como alternativa de sustento	301	0.7342193	0.4424837	0	1
Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 Vezes	301	0.531561	0.2247184	0	1

por mês					
Classificação das associações do sector informal: muito boas	301	0.199336	0.1400047	0	1
Classificação das associações do sector informal: boas	301	0.3122924	0.4642001	0	1
Classificação das associações do sector informal: razoáveis	301	0.4784053	0.5003653	0	1
Classificação das associações do sector informal: más	301	0.1528239	0.3604169	0	1
Classificação das associações do sector informal: muito más	301	0.299003	0.170596	0	1
Ensino primário	301	0.5282392	0.5000332	0	1
Percepção de que a ilegalidade não compensa	301	0.2923588	0.4556037	0	1
Xitique	301	0.3554817	0.4794561	0	1
Empréstimo recebido de amigo ou familiar	301	0.1860465	0.3897922	0	1
Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito	301	0.1860465	0.3897922	0	1
Poupanças pessoais	301	0.1495017	0.3571761	0	1
Percepção de que a ilegalidade não compensa	301	0.2923588	0.4556037	0	1

**TABELA 2: Percepções de redução de pobreza e criação de riqueza (correlacionados)**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA	PERCEPÇÃO DE RIQUEZA
<b>Constante</b>	-1.0005 (-1.00)	-1.4315 (-2.06)**
<b>Rendimento</b>	0.0008 (2.04)**	0.0005 (2.11)**
<b>Agregado</b>	-0.1317 (-2.98)**	-0.5308 (-1.75)
<b>Sem empregado formal</b>	2.0396 (2.13)**	0.4475 (0.67)
<b>Empregado, deseja aumentar seu rendimento</b>	7.1389 (7.20)*	0.3690 (0.64)
<b>Receio de represálias sociais</b>	5.8433 (7.80)*	1.3888 (2.03)**
<b>Funcionário do Estado</b>	5.8705 (8.83)*	0.2323 (0.68)
<b>Invisto em bens de luxo e recreio</b>	4.8475 (18.99)*	5.4694 (24.00)*
<b>Recurso a associação: uma vez</b>	5.8149 (23.21)*	0.74610 (3.41)*

<b>Produtos frescos</b>	0.3572 (1.30)	1.0211 (4.82)*
<b>Bebidas</b>	0.1873 (0.50)	0.59490 (2.31)**
<b>Três vezes por semana</b>	-0.9312 (-1.54)	-1.631 (-3.71)*
<b>No sector informal da África do Sul</b>	-0.2273 (-0.42)	-5.0981 (-19.23)*
<b>Consciência Individual (valores éticos e morais)</b>	0.5311 (1.89)	0.6171 (3.45)*
<b>Athro</b>	0.2568	
<b>Rho</b>	(1.68)	
<b>Wald test of rho=0:</b>	0.251 2.6197 (0.1055)	

\*Significativo a 1% \*\*Significativo a 5%

**TABELA 3: Percepções de redução da pobreza e criação de riqueza (não correlacionados)**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA	PERCEPÇÃO DE RIQUEZA
<b>Constante</b>	-1.0005 (-1.02)	-1.4315 (-2.07)**
<b>Rendimento</b>	0.0008 (1.99)**	0.0005 (2.09)**
<b>Agregado</b>	-0.1317 (-2.85)**	-0.5308 (-1.71)
<b>Sem emprego no sector formal</b>	2.0396 (2.17)**	0.4475 (0.69)
<b>Consciência individual</b>	0.5311 (1.93)	0.6171 (3.42)*
<b>Represálias sociais</b>	5.8433 (0.00)	1.3888 (1.88)
<b>Recurso a associação: uma vez</b>	5.8149 (0.00)	0.7461 (3.19)*
<b>Pressão social</b>	0.7326 (0.16)	0.5081 (1.72)
<b>Produtos frescos</b>	0.3572 (1.22)	1.0211 (4.95)*
<b>Bebidas</b>	0.1873 (0.55)	0.5949 (2.37)**
<b>Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 vezes por semana</b>	-0.9312 (-1.61)	-1.6317 (-2.91)**
<b>Athrho</b>		
<b>Rho</b>	0.2568 (1.59)	
<b>Likelihood-ratio test of rho=0</b>	.2513082 .1508657	-0.0587484 .5171443

\*Significativo a 1% \*\*Significativo a 5%

**TABELA 4: Percepção do mukhero como redutora da pobreza**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA
<b>Constante</b>	4.9317 (3.53)*
<b>Honestidade</b>	0.6982 (0.21)
<b>Percepção de que a ilegalidade não compensa</b>	-0.4969 (-1.43)
<b>Xitique</b>	6.5630 (9.57)*
<b>Empréstimo recebido de amigo ou familiar</b>	6.8672 (9.63)*
<b>Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito</b>	6.7889 (10.12)*
<b>Poupanças pessoais</b>	7.7234 (9.37)*
<b>Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 Vezes por mês</b>	-1.3375 (-2.31)**
<b>Classificação das associações do sector informal: muito boas</b>	-4.2967 (-3.89)*
<b>Classificação das associações do sector informal: boas</b>	-3.6959 (-5.95)*
<b>Classificação das associações do sector informal: razoáveis</b>	-3.2901 (-5.88)*
<b>Classificação das associações do sector informal: más</b>	-3.3795 (-5.35)*
<b>Classificação das associações do sector informal: muito más</b>	-4.5317 (-5.71)*
<b>Ensino primário</b>	-0.2580 (-0.61)
<b>Empregado mas deseja aumentar seu rendimento</b>	-6.6237 (-6.91)*
<b>Sem emprego no sector formal</b>	-2.1773 (-3.53)*
<b>Rendimento</b>	0.0008 (1.95)
<b>Agregado</b>	-0.1233 (-2.52)**
<b>Desempregado com micro importação como alternativa de sustento</b>	-3.8056 (-6.98)*
<b>Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal</b>	-3.4207 (-5.24)*
<b>Pressão social</b>	-3.5999 (-6.05)*
<b>Influência de familiares e/ou amigos</b>	-3.4550 (-4.38)*
<b>Outras actividades do sector informal</b>	-3.4550 (-4.38)*
<b>Log pseudolikelihood</b>	-65.884404
<b>Pseudo R2</b>	0.2927

\* Significativo a 1%    \*\*Significativo a 5%

**TABELA 4: Percepção do mukhero como redutora da pobreza**

VARIÁVEIS	PERCEPÇÃO DE POBREZA
<b>Constante</b>	4.9317 (3.53)*
<b>Honestidade</b>	0.6982 (0.21)
<b>Percepção de que a ilegalidade não compensa</b>	-0.4969 (-1.43)
<b>Xitique</b>	6.5630 (9.57)*
<b>Empréstimo recebido de amigo ou familiar</b>	6.8672 (9.63)*
<b>Empréstimo solicitado a uma instituição de crédito</b>	6.7889 (10.12)*
<b>Poupanças pessoais</b>	7.7234 (9.37)*
<b>Frequência com que levanta produtos na África do Sul: 3 Vezes por mês</b>	-1.3375 (-2.31)**
<b>Classificação das associações do sector informal: muito boas</b>	-4.2967 (-3.89)*
<b>Classificação das associações do sector informal: boas</b>	-3.6959 (-5.95)*
<b>Classificação das associações do sector informal: razoáveis</b>	-3.2901 (-5.88)*
<b>Classificação das associações do sector informal: más</b>	-3.3795 (-5.35)*
<b>Classificação das associações do sector informal: muito más</b>	-4.5317 (-5.71)*
<b>Ensino primário</b>	-0.2580 (-0.61)
<b>Empregado mas deseja aumentar seu rendimento</b>	-6.6237 (-6.91)*
<b>Sem emprego no sector formal</b>	-2.1773 (-3.53)*
<b>Rendimento</b>	0.0008 (1.95)
<b>Agregado</b>	-0.1233 (-2.52)**
<b>Desempregado com micro importação como alternativa de sustento</b>	-3.8056 (-6.98)*
<b>Falta de instrução que o habilite a candidatar-se a um emprego no sector formal</b>	-3.4207 (-5.24)*
<b>Pressão social</b>	-3.5999 (-6.05)*
<b>Influência de familiares e/ou</b>	-3.4550

<b>amigos</b>	(-4.38)*
<b>Outras actividades do sector informal</b>	-3.4550 (-4.38)*
<b>Log pseudolikelihood</b>	-65.884404
<b>Pseudo R2</b>	0.2927

\* Significativo a 1% \*\*Significativo a 5%

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados das regressões, apresentados na tabela 2, mostram uma profunda heterogeneidade da amostra, denotando-se uma distinção acentuada de opiniões no que respeita as percepções dos inquiridos sobre a redução da pobreza e a criação de riqueza, com muito baixa correlação entre os dois grupos. Tal é consistente com os argumentos de Byiers (2009), Chen (2007) e Rogerson (1996) acerca da segmentação da economia informal. Não obstante, o rendimento desempenha um papel fundamental tanto para os que sentem estar a reduzir a pobreza quanto para os que vislumbram alguma forma de enriquecimento.

A impossibilidade destes operadores encontrarem emprego no sector formal está positivamente correlacionada com a percepção do *mukhero* como um escape à miséria, confirmando-se a nossa intuição sobre as fraquezas institucionais e políticas como explicações para a opção dos agentes pelo informal. Contudo, essa falta de emprego no sector formal revela-se insignificante para os operadores que percebem estar a enriquecer, o que sugere que este grupo se tenha engajado conscientemente nesta actividade como opção clara de negócio assumido de forma permanente.

Por outro lado, os resultados da tabela 2 revelam uma correlação fortemente positiva e significativa para o caso dos que praticam o *mukhero* como forma de aumentar a renda e a percepção de redução de pobreza. Apesar disso, a mesma variável apresenta valores insignificantes no que concerne à percepção de riqueza.

Quanto às diversas actividades, os resultados indicam que os agentes que importam produtos frescos e bebidas são os que gozam de maior satisfação com a prática do *mukhero*, o que é reforçado pela ligeira propensão que têm para adquirir bens de luxo e recreio. Note-se que a classe dos vendedores de bebidas é a mais conotada com práticas de contorno à fronteira, fuga ao fisco e suborno. Talvez seja por isso que embora positiva, a correlação é baixa comparativamente ao grupo dos comerciantes de vegetais.

A regressão apresentada na tabela 2 mostra ainda que a frequência com que muitos *mukheristas* viajam à África do Sul para efectuar a *restocagem*<sup>10</sup> – pelo menos duas vezes por semana – reduz a sua sensação de bem-estar. Isto sugere que uma parte do seu

<sup>10</sup> Reposição de *stock*.

rendimento dilui-se neste processo, atendendo que há um aproveitamento da sua condição de semilegalidade ou ilegalidade por parte dos oficiais alfandegários que usam as fragilidades institucionais para executarem o comportamento de procura de renda. Neste aspecto concorda-se com Byiers (2009) e Baptista-Lundin (2011) quando afirmam que parte dessa semilegalidade ou ilegalidade resulta do desconhecimento, por parte dos micro-importadores, dos requisitos necessários para agirem legalmente.

No que concerne às variáveis construídas para verificar, através da teoria da acção fundamentada, os factores que influenciaram a decisão pela prática do *mukhero*, os resultados são estatisticamente insignificantes, com a excepção dos valores éticos e morais (que estruturam a consciência individual), pressão social e influência de amigos. Assim, parece que a maioria destas medidas de aproximação não foi determinante na escolha do *mukhero* como forma de vida.

Os conceitos de pobreza e riqueza no contexto urbano moçambicano relativizam-se mas permanecem fortemente ligados à dimensão material. Com efeito, durante a aplicação do inquérito para este estudo foi possível observar que alguns *mukheristas*, em muitos casos mulheres que exercem a actividade há algum tempo, possuem camiões pessoais para o transporte da sua mercadoria, quando muitos recorrem aos serviços de transportadores que se dedicam a essa actividade particular. Para além disso, estas mesmas senhoras ostentam colares, brincos e pulseiras de ouro, o que dá visibilidade à sua prosperidade e estatuto comparativamente com os outros agentes que operam no mesmo mercado.

À primeira vista, o operador pobre distingue-se do não pobre pelo espaço que ocupa dentro do mercado. Os *mukheristas* comercializam os seus bens em camiões e em *bancas*<sup>11</sup> enquanto alguns intermediários e os que vendem de forma fraccionada<sup>12</sup> ficam na cintura do mercado, ao sol e com os produtos amontoados por cima duma capulana ou cartolina. A distinção pode ser feita inclusive através da indumentária. Contudo, poucos neste último grupo se consideram pobres, pois para estes só se está em situação de pobreza quando se é incapaz de trabalhar por motivos de doença e sem condições de alimentar a si e sua família.

Para reforçar os argumentos dos dois parágrafos anteriores importa recuperar uma das variáveis que procura explicar os factores determinantes para a prática do *mukhero*, nomeadamente a consciência individual. Do ponto de vista da teoria da acção fundamentada, para que uma pessoa execute um determinado comportamento são necessários oito requisitos dos quais destacamos dois: crença na existência de maiores vantagens do que desvantagens e reacções emocionais positivas para a execução de determinado comportamento (Fishbein e Ajzen 2010).

---

<sup>11</sup> Alpendres construídos para o efeito.

<sup>12</sup> Venda aos montinhos.

Como é óbvio, não deixar-se morrer a fome ou poder fazer negócios e melhorar o bem-estar figuram como alguns dos principais aspectos para a satisfação das necessidades básicas humanas, podendo assumir-se qualquer oportunidade que ajude a concretizar estas aspirações como uma vantagem. No caso em estudo, o *mukhero* pode ser visto como sendo essa oportunidade e os agentes constrangidos pelo contexto executam o comportamento no sentido de aproveitá-la. Outrossim, as reacções emocionais positivas exercem um efeito de retroalimentação, pois a percepção de estarem a exercer uma actividade honesta reforça a propensão para a realização de tal acção.

Considerando os resultados da tabela 2 efectuaram-se mais duas regressões em que se analisam as variáveis percepção de pobreza e de riqueza mas sem estarem correlacionadas e depois isola-se a percepção de pobreza para uma melhor visualização. Os resultados das tabelas 2 e 3 não diferem muito, o que reforça a assunção de heterogeneidade da população objecto desta pesquisa e, portanto, da diversidade das práticas e lógicas dos agentes *mukheristas*.

Na tabela 4 a percepção de redução de pobreza apresenta forte correlação com as fontes de financiamento, podendo significar que quanto maior acesso têm a fontes alternativas de crédito maior é o seu sentimento de estarem menos pobres. O *xitique* e empréstimos recebidos de familiares ou amigos constituem alguns dos mecanismos que garantem a reprodução e manutenção destes agentes, confirmando-se a pertinência de integrar a relação social quando se analisa as lógicas e práticas destes homens de negócios, ainda que o recurso às instituições estruturantes do mercado, como seja o crédito bancário, constituam recurso importante para o sucesso da actividade.

O facto de se constatar que muitos dos inquiridos prefeririam permanecer no informal, face à possibilidade de poderem escolher entre outras actividades do sector informal e um emprego assalariado no formal, tudo indica que, nem mesmo assim, a sua actual percepção acerca da pobreza ou da riqueza se alteraria. Por outro lado, é de admitir que quanto menor forem as pressões sociais que os *mukheristas* enfrentam no seu dia-a-dia maior será o seu sentimento de bem-estar.

Relativamente à influência das políticas sociais na micro-importação, critérios de preenchimento de vagas no sector formal e a politização das associações, os resultados da regressão revelaram valores estatisticamente insignificantes, não tendo sido possível aferir o impacto destas variáveis nas percepções de redução de pobreza e criação de riqueza. Contudo, se tomarmos em consideração as respostas dadas pelos inquiridos, o sentimento de insatisfação face à actuação do governo (72.1%) não pode ser ignorado. De facto, tal percepção é consistente com a lógica de partidarização das instituições do Estado e favoritismos entre militantes do partido dominante.

## 7. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa constatou-se que as lógicas e práticas dos *mukheristas* afastam-se da interpretação atomista e egoísta que a actual meta narrativa persiste em propor sobre o indivíduo e sua relação com o mercado. O contexto em que os agentes operam revela-se determinante nas escolhas que irão orientar a sua actuação. Deste modo, para cada comunidade haverá um *homo oeconomicus* particular, talhado para esse ambiente específico. Outrossim, o mercado não existe no vácuo e não pode ser dissociado dos arranjos institucionais de cada comunidade, região ou país. Visto desta forma, as várias lógicas e práticas do comércio informal são consistentes com a diversidade de racionalidades, o que remete para uma substituição do modelo de análise baseado no *homo oeconomicus* da sabedoria convencional para o *homo africanus* proposto por Hugon (2000, 1999).

Na verdade, em Moçambique, o actual contexto político e institucional espelham a aliança existente entre o poder político local e a comunidade doadora, o que torna os objectivos de governação consistentes com as regras de condicionalidade e com a lógica de captação de renda das elites, factores que na nossa óptica são geradores de exclusão social, desigualdade e pobreza, deixando assim as populações urbanas carenciadas com uma única opção de busca legítima de rendimento – a economia informal.

Os resultados do inquérito mostram que os agentes que operam no informal estão imbuídos de valores morais e éticos. Apesar disso, estes elementos de consciência individual parecem não estar correlacionados com algumas normas do Estado e de cidadania. A teoria da acção fundamentada parece validar a adaptação que os *mukheristas* fazem do seu comportamento às inadequações institucionais e políticas, pois refere que um dos pré-requisitos para que um indivíduo execute determinado comportamento é a percepção que tem de não estar a violar os seus princípios, evitando dessa forma activar auto-sanções negativas. Neste caso, a sobrevivência e a procura de cada vez melhor qualidade de vida, mais do que um princípio é uma necessidade.

A pesquisa demonstra ainda que apesar do *mukhero* reduzir a pobreza e permitir criação de riqueza, esta actividade encontra-se bloqueada no que concerne à sua expansão devido aos determinantes políticos e institucionais acima referidos mas, sobretudo, pela precariedade dos mecanismos de financiamento disponíveis (recurso ao *xitique* e empréstimo de amigos e familiares), o que não permite sua contribuição no alargamento e diversificação da base produtiva da economia nacional.

O governo de Moçambique não apresenta nenhuma estratégia com o objectivo de capitalizar as potencialidades do sector informal. Efectivamente, a maior parte dos instrumentos de governação não contém medidas concretas nesse sentido, remetendo as questões ligadas ao sector informal para os conselhos municipais que só intervêm ao nível de criação de espaço físico e da cobrança de taxas. Isto sugere uma desarticulação entre as medidas de combate à pobreza e as estratégias pelas quais os pobres optam para

sobreviverem. Entretanto, esta desarticulação, mais do que um problema de falta de clareza sobre como lidar com o sector informal, parece uma situação desejável e benéfica para a elite no poder pois permite que esta controle e tire dividendos do reduzido sector formal. Os *mukheristas* têm consciência deste aparente “abandono”, o que é ilustrado pelo facto de na sua maioria terem respondido “não” quando questionados se as políticas públicas acomodavam as actividades informais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Ajzen**, Icek. 2001. “Nature and Operation of Attitudes.” *Annual Review of Psychology*. 52: 27-58.

\_\_\_\_\_ 1991. “The Theory of Planned Behavior.” *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211.

**Baptista-Lundin**, Iraê, Ian Taylor. 2003. “A View from Maputo.” In *Regionalism and Uneven Development in Southern Africa: the case of the Maputo development corridor*, eds. Fredrik Söderbaum and Ian Taylor. Aldershot: Ashgate. 97-105.

**Batista**, Carlos, Emílio Rungo e Felisberto Navalha. 2001. *Comércio Informal Transfronteiriço*. Documento N° 6. Maputo: Banco de Moçambique.

**Byiers**, Bruce. 2009. *Informality in Mozambique: characteristics, performance and policy issues*. Nathan Associates Inc. USAID.

**Brohman**, John. 1995. “Economism and critical silences in development studies: a theoretical critique of neoliberalism”. *Third World Quarterly*, Vol. 16, N° 2, 298-318.

**Castel-Branco**, Carlos Nuno. 2010. “Economia extractiva e os desafios de industrialização em Moçambique.” In *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE.19-110.

\_\_\_\_\_ 2011. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. Cadernos IESE n° 7/2011. Maputo: IESE.

**Chang**, Ha-Joon. 2002. *Kicking Away the Ladder, Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press.

**Chen**, Martha Alter. 2007. “Rethinking the informal economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment.” In *Linking the formal and informal*

*economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 75-92. New York: Oxford University Press.

**Chivangue**, Andes. 2007. *Sector Informal e as Relações Moçambique-África do Sul: uma discussão em torno do mukhero*. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais (monografia).

**Cornwall**, Andrea, Karen Brock. 2005. What do Buzzwords do for Development Policy? A critical look at ‘participation’, ‘empowerment’ and ‘poverty reduction’. *Third World Quarterly*, Vol. 26, No. 7, 1043 – 1060.

**De Renzio**, Paolo, Joseph Hanlon. 2007. *Contested Sovereignty in Mozambique: the dilemmas of aid dependence*. Managing aid dependency project. GEG Working Paper 2007/25. University of Oxford.

**Fishbein**, Martin, Icek Ajzen. 2010. *Predicting and Changing Behavior, The Reasoned Action Approach*. New York: Psychology Press.

**Francisco**, António. 2010. “Moçambique: protecção social no contexto de um estado falido mas não falhado.” In *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 37-95

**Francisco**, António A. da Silva, Margarida Paulo. 2006. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos e Cruzeiro do Sul.

\_\_\_\_\_ 2009. *Mozambique’s Elite – finding its way in a globalized world and returning to old development models*. Presented at a Crisis States Research Center seminar.

**Hart**, Keith. 2010. “Africa’s urban revolution and the informal economy.” In *The Political Economy of Africa*, ed. Vishnu Padayachee, 371-388. New York: Routledge.

\_\_\_\_\_ 1973. “Informal income opportunities and urban employment in Ghana.” *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 11, No 1, (Março): 61-89.

**Heintz**, James. 2010. “Employment, poverty and inclusive development in Africa, policy choices in the context of widespread informality.” In *The Political Economy of Africa*, ed. Vishnu Padayachee, New York: Routledge, 199-213

**Heintz**, James, Robert Pollin. 2003. *Informalization, economic growth and the challenge of creating viable labor standards in developing countries*. Number 60. University of Massachusetts Amherst.

**Hugon**, Philippe. 2000. “Os empresários africanos e a análise económica.” In *Empresas e Empresários Africanos*, eds. Stephen Ellis e Yves-A. Fauré. Centro de Estudos Africanos do ISCTÉ. Lisboa: Vulgata. 205-228.

\_\_\_\_\_ 1999. *Economia de África*. Coleção Tempos e Espaços Africanos. Lisboa: Vulgata.

**Guha-Khasnobis**, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom. 2007. “Beyond formality and informality.” In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 01-18. New York: Oxford University Press.

**Gulyani**, Sumila, Debabrata Talukdar. 2010. “Inside Informality: the links between poverty, microenterprises, and living conditions in Nairobi’s slums.” *World Development*. Vol. 38, No 12, 1710-1726.

**Iyenda**, Guillaume. 2005. “Street enterprises, urban livelihoods and poverty in Kinshasa.” *Environment and Urbanization*. Vol. 17 No 2 (Outubro): 55-67.

**Lyons**, Michal, Simon Snoxell. 2005. “Sustainable urban livelihoods and marketplace social capital: crisis and strategy in petty trade.” *Urban Studies*, Vol. 42, No 8, (Julho): 1301-1320.

**Macamo**, Elísio. 2006. *Political Governance in Mozambique*. Final Report. DFID – Mozambique.

**Macamo**, José Luís. 1999. *Estimates of Unrecorded Cross-Border Trade Between Mozambique and Her Neighbors*. Technical Paper No. 8 Maputo: World Vision International – Mozambique.

**Mosca**, João. 2010. ‘Pobreza, economia “informal”, informalidades e desenvolvimento’. In *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE, 83-98.

**Nyssens**, Marthe, Bruno Van der Linden. 2000. “Embeddedness, cooperation and popular-economy firms in the informal sector.” *Journal of Development Economics*, Vol. 61, (Abril): 175-204.

**Nzatuzola**, João Baptista Lukombo. 2006. “O sector informal e iniciativas microempresariais em Angola.” In *Economia dos PALOP, seminário internacional sobre a economia dos PALOP*, eds. João Mosca e Julien Zanzala, 61-68 Instituto Piaget..

**República de Moçambique**, *Plano de Acção para a Redução da Pobreza (2011-2014)*. Aprovado na 15 sessão Ordinário do Conselho de Ministros, 31 de Maio de 2011. Maputo.

**Rodrik**, Dani. 2010. *Uma economia, muitas soluções: globalização, instituições e crescimento económico*. Edições Babel. Lisboa: Verbo.

\_\_\_\_\_. 2002. “Estratégias de desenvolvimento para o novo século.” In *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que vieram depois*. São Paulo: Editora Unesp. 43-78.

**Rogerson**, Christian. 1996. “Urban poverty and the informal economy in South Africa’s economic heartland.” *Environment and Urbanization*. Vol. 8 No 1 (Abril): 167-179.

**Sande**, Zaqueu. 2011. “‘7 Milhões’, Revisão do debate e desafios para a diversificação da base produtiva’. In *Desafios para Moçambique 2011*, eds. De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco. Maputo: IESE. 207-228.

**Söderbaum**, Fredrik. 2007. “Blocking human potential: how formal policies block the informal economy in the Maputo corridor”. In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 163-178. New York: Oxford University Press.

**Steggell**, Carmen D., Susan K. Binder, Lori A. Davidson, Pat R. Vega, Eric D. Hutton, and Amelia R. Rodecap. “Exploring theories of human behavior in housing research.” *Housing and Society*, Vol. 28, No 1 & 2.

**Tokaman**, Victor E. 2007. “Modernizing the informal sector.” *Economic & Social Affairs*. DESA Working Paper No. 42.

**Westaby**, James D. 2005. “Behavioral reasoning theory: identifying new linkages underlying intentions and behavior”. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 98 (Setembro): 97-120.

### **Jornais e Boletins:**

**Frades**, António. “Envolver o sector informal na economia nacional através da cobrança de impostos”. *Canalmoz*. Novembro 2011. Ano 3. No 592.

**Guente**, Matias. Crescimento de Moçambique não beneficia pobres. *Canalmoz*. Ano 3, No 471. Junho 2011.

**Wuyts**, Marc. “Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique”, *IESE Boletim*, Abril 2011, No 35P.

**Saúte**, Cláudio. “Mega-projectos Contribuem abaixo de 4% para o total das Receitas do Estado”, *Canalmoz*, ano 4, Março de 2012, N° 659.